

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 917.607 RIO DE JANEIRO

RELATOR : **MIN. CELSO DE MELLO**
RECTE.(S) : **PASTIFÍCIO SELMI S/A**
ADV.(A/S) : **MILTON CARMO DE ASSIS JÚNIOR**
ADV.(A/S) : **LEILA SOUTO MIRANDA DE ASSIS**
RECDO.(A/S) : **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
PROC.(A/S)(ES) : **PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

DECISÃO: A **controvérsia jurídica** suscitada no presente recurso extraordinário **já foi dirimida** por ambas as Turmas do Supremo Tribunal Federal:

“PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PRELIMINAR DE REPERCUSSÃO GERAL. FUNDAMENTAÇÃO INSUFICIENTE. ÔNUS DO RECORRENTE. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. OFENSA CONSTITUCIONAL REFLEXA. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. ARE 748.371 (REL. MIN. GILMAR MENDES – TEMA 660). ICMS. TRANSFERÊNCIA DE MERCADORIAS ENTRE ESTABELECIMENTOS DE UM MESMO CONTRIBUINTE. FATO GERADOR. INOCORRÊNCIA. PRECEDENTES.

1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de que o mero deslocamento de mercadorias entre estabelecimentos de um mesmo contribuinte, ainda que localizados em unidades distintas da Federação, não constitui fato gerador do ICMS.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.”

(ARE 746.349-AgR/RS, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI)

“DIREITO TRIBUTÁRIO. ICMS. NÃO INCIDÊNCIA. DESLOCAMENTO DE MERCADORIA DE UM ESTABELECIMENTO PARA OUTRO DA MESMA EMPRESA, SEM A TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE. NÃO VIOLAÇÃO DA RESERVA DE PLENÁRIO. ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO EM 30.5.2008.

O entendimento adotado no acórdão recorrido não diverge da jurisprudência firmada no âmbito deste Supremo Tribunal Federal, no sentido de que o simples deslocamento de mercadoria de um estabelecimento para outro da mesma empresa, sem a transferência de propriedade, não é hipótese de incidência do ICMS.

Para caracterização da violação da reserva de plenário é necessário que a decisão esteja fundamentada na incompatibilidade entre a norma legal e a Constituição Federal, o que não ocorreu na espécie.

Agravo regimental conhecido e não provido.”

(RE 628.267-AgR/MG, Rel. Min. ROSA WEBER)

Cabe ressaltar, neste ponto, que essa orientação **tem sido observada** em decisões proferidas no âmbito desta Suprema Corte (**ARE 764.196/MG**, Rel. Min. ROBERTO BARROSO – **ARE 893.505/RS**, Rel. Min. ROSA WEBER – **ARE 901.395/RS**, Rel. Min. DIAS TOFFOLI).

O **exame** da presente causa **evidencia** que o acórdão impugnado em sede recursal extraordinária **diverge** da diretriz jurisprudencial que esta Suprema Corte **firmou** na análise da matéria em questão.

Sendo assim, e tendo em consideração as razões expostas, **conheço** do presente recurso extraordinário, **para dar-lhe provimento, em ordem a julgar procedente** o pedido deduzido na ação ordinária em causa.

RE 917607 / RJ

As custas processuais e a verba honorária, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, serão pagas pela parte que sucumbiu integralmente.

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2015.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator